

Ulysses favorito para presidir Câmara

Meses se passaram, depois de sua decepcionante participação na campanha presidencial, até que o deputado Ulysses Guimarães decidisse lembrar ao País que não estava morto. Foi a primeira voz, e a mais enfática, que se fez ouvir contra a reedição de medidas provisórias rejeitadas pelo Congresso. Hoje pode até soar como lugar-comum; na época, foi a senha que tirou o Legislativo do estado de quase letargia em que mergulhara após a edição do Plano Collor.

Desde então o presidente do PMDB voltou às sombras. Isto até alguns dias atrás, quando ressurgiu em grande estilo com duas idéias na cabeça: a primeira, reeleger-se pela terceira vez presidente da Câmara; a segunda, antecipar para 1992 (portanto, ainda durante o seu possível mandato na Mesa) a revisão constitucional e o plebiscito sobre forma e o modo de Governo. Na hipótese de aprovação do parlamentarismo, a presidência da Câmara é meio caminho andado em direção à chefia do Governo.

Em princípio, o presidente do PMDB sai em vantagem em relação aos seus concorrentes. De acordo com levantamento realizado pelo jornalista Marccondes Sampaio e publicado pelo **CORREIO BRAZILIENSE**, o partido de Ulysses deve manter a condição de maior bancada na Câmara após as eleições, com cerca de 115 deputados contra 90 do segundo colocado.

Ocorre que o segundo partido será justamente o PFL, aliado tradicional do Governo e base de qualquer tentativa do Palácio do Planalto para obter maioria parlamentar. O temor do deputado Ulysses Guimarães - reforçado na quinta-feira pela conversa do presidente Collor com o ex-ministro Armando Falcão - é que se siga às eleições um processo de aliciamento de parlamentares para as hostes governistas. Com o poder da máquina administrativa, não chega a ser um grande feito obter a adesão de duas dezenas de deputados, o suficiente para desbancar o PMDB da condição de maior partido.

Atento a tais articulações, do alto de várias décadas de política, o presidente do PMDB iniciou discretos movimentos com o objetivo de atrair os **tucanos** de volta ao seu partido. Além do argumento antigovernista, o deputado tem ainda a seu favor o fraco desempenho que o PSDB parece mostrar nestas eleições.

Garantindo a condição de maior partido para o PMDB, dificilmente Ulysses sofrerá contestação dentro do próprio partido, a exemplo das que sofreu no passado. O líder Ibsen Pinheiro, um dos presidenciáveis para a Câmara, disse que não concorre contra ele em nenhuma hipótese.

Para Ulysses, o perigo mora ao lado, no vizinho PFL. O candidato mais atuante daquele partido é o atual primeiro vi-

ce-presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PE). Ele garante que conta com o apoio de parcela significativa dos colegas e, mesmo jogando numa renovação da casa na base de 50 por cento, acredita que tem "todas as condições" de ser eleito.

O dispositivo regimental que prevê a representação proporcional dos partidos na Mesa Diretora não preocupa o deputado pernambucano. Segundo ele, as coligações partidárias também são permitidas para este fim. Aliás, é mais no plenário que no seu PFL que Inocêncio vem investindo.

Os bastidores lhe dão razão. A boca pequena, comenta-se no Congresso que o Palácio do Planalto pretenderia patrocinar uma outra candidatura dentro do PFL, preferencialmente a do deputado Humberto Souto (MG), que é vice-líder do Governo. Outro nome em cogitação é o do deputado Ricardo Fiúza (PE), igualmente um dos porta-vozes de Collor no Parlamento. O problema dos dois é que não dispõem do cativeiro de Inocêncio fora do partido.

Como a votação é secreta, há ainda quem aposte numa surpresa chamada Flávio Márcilio. O deputado cearense já foi presidente da Câmara por três vezes e é muito benquisto na Casa. Matematicamente, contudo, suas chances são pequenas.